

Almeida diz que Fiúza e Margarida sabiam do superfaturamento

'Superfaturamento era de 100%'

Os ex-ministros da Ação Social no governo Collor, Margarida Procópio e Ricardo Fiúza, foram citados ontem pelo presidente da Construtora C. R. Almeida, Cecílio Almeida, como pessoas que sabiam do esquema de superfaturamento de obras públicas em até 100%. Segundo o empresário, este esquema era patrocinado pela empresa baiana OAS, que ficava com 50% do total das verbas liberadas para as obras.

Cecílio Almeida descreveu na Subcomissão de Emendas Orçamentárias o que ele chamou de "kit corrupção" adotado pela OAS. Primeiro, funcionários da empresa procuravam as prefeituras oferecendo projetos prontos e garantia de verbas, desde que fosse a OAS a vencedora da concorrência. Um esquema junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Ministério da Ação Social garantia a liberação da verba. Liberada a verba, a obra era repassada para "uma empresa gabiru", segundo Cecílio Almeida, ao se referir às pequenas empresas locais. A OAS ficava, porém, com 50% da verba liberada. Os editais de concorrência eram feitos com base na fixação de preços mínimos e a OAS sempre ganhava pelo critério de nota técnica, conforme contou Almeida.

"Não tenho provas de envolvimento de pessoas de dentro do ministério. Mas os ministros Margarida Procópio e Ricardo Fiúza sabiam como eram feitas as concorrências pelas prefeituras",

Cecílio Almeida atacou a OAS durante as cinco horas e meia de seu depoimento. A ponto de arrancar um comentário do deputado Maurício Najar (PFL-SP): "É idéia fixa. Parece mula de olaria", afirmou Najar.

Cecílio Almeida chegou a discutir, durante o depoimento, com o senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA), pai do ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães Júnior. Almeida chamou o ministro de mentiroso, porque este teria dito que não recebera denúncias contra a QAS.